



Redação e Administração:
Rua D. Diogo Pinheiro, 25
Telefone 82431 BARCELOS

Fundado em 1911 por Rogério Calás de Carvalho

SEMANÁRIO REGIONALISTA
POR PORTUGAL — POR BARCELOS

ASSINATURAS:
Ano, 38000; Semestre, 20800; Trimestre, 10800—Metrópole
Ano, 60300 e 17500 por avião — Estrangeiro excepto Brasil
Ano, 48900 e 110800 — Ultramar e ilhas
Ano, 50300 e 160300 — Brasil
Publicidade: Os Srs. Assinantes gozam do desconto de 10%.

Director e Editor interino: Rogério Domingos da Costa Carvalho
Propriedade de Herdeiros de Rogério Calás de Carvalho

Composição e Impressão: Companhia Editora do
Minho — Rua D. António Barroso — BARCELOS

SÁBADO, 16 DE ABRIL DE 1966

VISADO PELA CENSURA

O QUE É QUE HÁ?!

—A PROPÓSITO DA CRIAÇÃO DO
LICEU QUE PRECISAMOS.

...E do Liceu não mais se ouviu falar!
E embora a ideia viva — e viver há-de —
na mente, surpreendida, da cidade,
já a esp'rança se apresta a nos deixar.

Quais as razões opostas p'ra não dar,
desde já, a Barcelos, um Liceu?
«Que não era oportuno?» — Que sei eu...
Se do Liceu não mais se ouviu falar?!

Outras terras, porém, (e tantas são)
do seu Liceu dispõem — que a instrução
não se promete ou regateia — dá.

Que tens Barcelos, que te não atendem?
Que língua falas, que te não entendem?
Que se passa contigo? O que é que há?!

Lx. Abril 1966

A. Marques de Azevedo

A Lavoura, os Deputados e a Assembleia Nacional

Três entidades que se completam pela ordem que as escrevemos. Façam os leitores as contas e acharão o mesmo resultado. Sem lavoura, nem adiantam os Srs. Deputados, como sem eles não adianta haver Assembleia Nacional.

Dentro desta economia vemos razão para que alguns deles, bem poucos por sinal, se ocupem deste grande e agonizante problema. Será pelo receio de serem vozes a clamar no deserto. Outras razões não achámos, depois dum longo acompanhamento aos seus debates em que as verdades saem claras e oportunas, como claros são e oportunos os Srs. Deputados que os produzem.

E daí?
Até quando se prolongará esta situação de ruína que, por todos os lados, ergue clamores sem que medidas enérgicas, radicais e justas sejam tomadas?

Grandes coisas se têm feito a favor da lavoura, mas terão dado o resultado previsto? Verificada a impraticabilidade ou nulidade de algumas medidas, terão sido imediatamente postas de lado? Estaremos a experimentar constantemente, a ponto de, ao tempo das contas, já ser tarde demais para a correcção? É que leva muito tempo a erguer um sistema agrícola. Gasta muitos anos e, se enfermar de erro, as consequências perdurarão como que retinindo pelas quebras dos tempos.

Vem isto a propósito de que mais um agravo para a lavoura surgiu, numa altura em que ela foi resultante dum mau ano. Tudo tem encarecido, e, por via disso, também o sulfato subiu a módica quantia de dois a três escudos em quilo. Sim Senhores! Por a+b as coisas têm de processar-se desta forma. Nas piores condições climatéricas em que se desenrolou o ano agrícola, na debandada ge-

ral que por toda a parte se observa por parte dos amadores, coroa-se o problema com a subida daquilo que ela gasta, embora o que ela dá não tenha subido. Mas, custam caro os seus produtos no mercado!

Milhentas de vezes a imprensa tem dito porquê. Para que repeti-lo mais? Há muitos anos lemos um solto em que o assinante escrevera: O lavrador cultivará apenas aquilo de que precisa a sua casa. Nada mais, por não compensar. E acrescentava: Mas, então, virão à sua casa entidades fiscais buscar o que ele tiver.

Compreende-se, mais por miúdos, o que queria dizer. Porém, há muito tempo que a 1.ª parte de tal profecia se vai realizando. Falta arroz, batata, trigo... Foi a Lavoura que não deu. Não deu e não dará. De cada vez mais hão-de custar os seus produtos sem que disso beneficie ela ou os consumidores.

Já temos ouvido dizer: Vêm de fora. E, pedimos que nos

(Continua na página 4)

Arcipreste Rodrigo Alves Novais

E com muito prazer que vimos cumprimentar o nosso Reverendo Arcipreste, por comemorar no dia 19 terça-feira, mais um aniversário.

O Barcelense, ao felicitar a autoridade máxima do Prelado no concelho, fá-lo com muito gosto, com muita amizade e sinceridade.

Dr. Ilídio Joaquim Nunes de Oliveira

No passado dia 14 do corrente festejou o seu aniversário natalício o nosso ilustre amigo e assinante Sr. Dr. Ilídio Joaquim Nunes de Oliveira, considerado barcelense e director do «Jornal de Barcelos».

Por tão feliz data enviamos-lhe sinceros e cordiais parabéns.

UMA PEÇA DO SÉCULO XVIII SOBRE O FEITO DO ALCAIDE DE FARIA

POR
Miranda de Andrade

irónico. De resto, foi principal intento de Bocage ridicularizar o trabalho dramático de Cordeiro e atacá-lo nos seus méritos literários, visto ele ter feito coro com Curvo Semedo, o Doutor França, Tomás Quintanilha, José Agostinho de Macedo e outros árcades nos seus ataques contra o grande Poeta setubalense. Foi mais uma desforra bocagiana... Não é este um dos violentos sonetos de Bocage. Em vez de satírico, é irónico. Assim começa:

«Em vermelho cartaz propôs-se
[à cena
Lusa tragédia, que a Nação
[glória:
«Do grão Nuno Gonçalves
[de Faria],
Produção singular de uma hábil
[pena.»

Seguem-se rápidas alusões a uma personagem feminina, de nome Elvira, e a outras figuras que entram na peça: o pai, um irmão, o namorado, um herói que ilude o espanhol e morre à espada. No final, há a leitura

lúgubre de um testamento e «certa misturada» de núpcias... O golpe fundo vibrado por Bocage ao autor da tragédia encontra-se propriamente nos dois últimos versos do soneto:

«Fndou-se o drama, pôs-se em
[movimento
Na boca o riso, o pé com pateada.»

A atitude do público, rindo da tragédia e pateando-a no final, é a mais eloquente e formal condenação do valor da peça em que se pretendeu dramatizar um facto histórico que Bocage não deixou de afirmar ser glorificante para a Nação lusitana.

Parece-me que pouco se sabe acerca do poeta Felisberto Inácio Januário Cordeiro. Diz-nos Teófilo Braga que foi lírico de pouco merecimento, tendo nascido em 1774 e falecido em 1855. Usou o nome arcádico de *Falmeno*. Desapareceu certamente a sua peça que, pelo que se lê, estava longe de ser digna da altura moral do mais belo feito de Lealdade Portuguesa.

Porto, Abril de 1966.

Miranda de Andrade

O Orçamento Geral do Estado para 1966 e a sua clareza

Com a regularidade que é timbre do Governo, apresentou este, há dias, o Orçamento Geral do Estado para 1966, documento, como sempre, do maior interesse para a Nação e elaborado de acordo com as opções essenciais das últimas gerências e filiado nos grandes princípios da nossa restauração financeira, operada em 1928. Nele se salientam: a defesa da integridade nacional e a intensificação do desenvolvimento económico do País; a forte compressão dos gastos não essenciais; a salvaguarda do equilíbrio financeiro e da solvabilidade da moeda; a elevação do auxílio financeiro e técnico ao Ultramar; e o impulso ao progresso científico e às inovações tecnológicas. É um documento que, por todos os títulos, honra quem o redigiu e, sobretudo, constitui um verdadeiro paradigma de clareza pelo que respeita às contas do Estado.

Observa-se, de entrada, que não podia deixar de estar presente na primeira linha das orientações da política do Governo a promoção económica, a acção cultural, a realização da justiça, a garantia, sem discriminação, de melhores e mais altos níveis de vida para todas as parcelas do território nacional, pois é esta a essência da nossa missão histórica e o sentido da presença portuguesa no Ultramar. A elaboração do Orçamento Geral do Estado para este ano, segundo o Ministro das Finanças acentua, no seu relatório, assenta, fundamentalmente, nas bases a que, acima, fazemos referência e que constituem, na verdade, os grandes princípios da nossa restauração financeira,

desde a estimativa prudente das receitas até à hierarquização de harmonia com as exigências da conjuntura e os superiores imperativos do interesse nacional.

Diz-se, no relatório em questão, que, no respeitante aos recursos ordinários, a previsão situou-se em nível inferior ao das cobranças efectivas em 1964 e amplamente superadas em 1965. O cálculo das despesas ordinárias, apesar de mais ampla contemplação de necessi-

dades fundamentais e de alguma melhoria nas dotações próprias do funcionamento dos serviços, traduz uma das reduzidas progressões dos últimos exercícios, o que só foi possível alcançar — esclarece o ilustre relator — através de critérios firmes e em face das melhorias observadas, ultimamente, na despesa ordinária, em especial no ano passado. Ocupa-se o Ministro das Finanças da conjuntura económica

(Continua na página 4)

ETERNIDADE

Sinto-me sufocar, olhando a imensidade!
Em crença e em verdade, sou grão de poeira inerme...
Perco-me em infinito e sinto eternidade
E tenho a intuição de ser fermento verme!

O mar de nebulosas enfeita-se de estrelas
— Vida d'astros, de sois, constelações sem fim —
Caldeiam-se na luz dum renascer ao vê-las
E surgem as estrelas evoluindo assim.

Viageiras ingentes das paragens etéreas
Vêm desenhando além fantásticas figuras;
Palpitam-lhe aos ouvidos em vibrações aéreas
O canto do silêncio e as vozes das alturas...

Consumando a miséria, vêem mundo precito
Porque não podem crer no Deus da imensidade.
No Deus que é Criador perpétuo de infinito
E deu à Vida humana a Luz e a Eternidade!

IVALDA

